



IBGE evita criticar expurgo dos aumentos na taxa de inflação

Técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informaram ontem que o governo está evitando uma elevação adicional na taxa de inflação de 0,8%, ao impedir que o aumento de 28% no preço da gasolina, gerado pelo empréstimo compulsório, seja incluído no Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

O peso do preço da gasolina no IPC é de 3%. Quanto ao álcool, não faz parte do índice, já que quando foi levantada a cesta básica dos consumidores brasileiros (1974/1975) álcool não era consumido como combustível. Já os empréstimos sobre compra de carros usados e carros novos, ao não serem repassados para a inflação, também evitarão forte aumento no IPC, pois só o carro usado, por exemplo, vem tendo uma ponderação, nos últimos meses, de até 4,5%.

Sem querer criticar a decisão governamental, os economistas do IBGE responsáveis pelo levantamento do índice apenas observaram que a não inclusão na taxa de inflação dos aumentos gerados pelos empréstimos compulsórios é uma verdadeira inovação metodológica, porque tecnicamente não existem precedentes. A medida mereceria uma análise, comentaram, mas ao ser baixada por decreto-lei obviamente terá que ser acatada pelo IBGE.

Não incluir no IPC o aumento da gasolina ou dos preços dos carros é uma tarefa fácil de ser cumprida. O mais difícil será evitar que os impactos indiretos desses aumentos — principalmente o da gasolina — sobre os demais produtos se reflitam no índice. Para atingir esse objetivo, os técnicos do IBGE esperam que o governo detalhe mais a medida no que se refere a índices de preços. Mas algum efeito indireto provavelmente recairá sobre a taxa de inflação mensal.